

PERSPECTIVAS DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE AS AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA

Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca – UFG
cidafonseca.rodriques@gmail.com

Resumo

O estudo problematiza os processos avaliativos subjacentes às avaliações de larga escala, adotando uma metodologia qualitativa, exploratória e documental. Embasado em teóricos como Dourado e Oliveira (2009), Sudbrack e Cocco (2014), Bertolin e Marcon (2015), Fonseca (2020), delinea a qualidade da educação sob perspectiva polissêmica relacionada à própria concepção de educação. Em Silva (2009), o texto explora as acepções mercadológicas e socialmente referenciadas da qualidade da educação. Nas considerações finais, destaca-se a polissemia do termo "avaliação" e a necessidade de avaliar os processos educacionais em diversos níveis e modalidades, com ênfase em uma abordagem não padronizada para evitar disparidades educacionais. Os resultados apontam para a presença de fatores relevantes no desempenho dos estudantes, além dos métodos avaliativos convencionais, indicando a necessidade de revisão no formato das avaliações externas de larga escala no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chaves: Qualidade. Educação. Avaliação. Concepções. Desigualdades.

O presente estudo aborda temáticas complexas que se fundamenta em dois conceitos intrinsecamente interligados, caracterizados por uma significativa carga de subjetividade. Tanto a qualidade quanto a avaliação, termos polissêmicos por natureza, emergem e se consolidam a partir da concepção adotada em relação à educação, evidenciando que abordar o conceito de qualidade na educação é uma tarefa desafiadora, uma vez que sua configuração emerge a partir de diversas perspectivas e expectativas, as quais a fundamentam.

Nesse sentido, considerando a Educação como elemento constituinte e constitutivo das relações sociais mais abrangentes, surge a indagação crucial: qualidade para quem e para qual propósito? Seguindo essa linha de raciocínio, conforme enfatizado por Fonseca (2020), a qualidade da educação pode ser interpretada sob aspectos instrumental-merco-economicistas ou crítico-socialmente-referenciados, sendo a avaliação uma faceta intrínseca desse processo e suscetível a ambas as acepções.

No primeiro caso, a avaliação se configura como instrumento de ranqueamento, classificação, competitividade e mensuração, alinhando-se ao enfoque instrumental-merco-economicista. Por outro lado, na perspectiva crítico-socialmente-referenciada, desempenha papel diagnóstico e emancipatório.

As avaliações de larga escala ganharam destaque no cenário educacional brasileiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), alinhando-se à tendência global de avaliação dos sistemas educacionais. Essas iniciativas, como o Sistema de

Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), representam esforços significativos para mensurar a qualidade do sistema educacional brasileiro, ampliando sua importância e alcance de forma abrangente.

Observa-se que tanto o SAEB, quanto o ENEM e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), este último inserido no âmbito do SINAES, enquanto avaliações externas de larga escala, compartilham características de padronização. Este aspecto revela uma abordagem que, por vezes, desconsidera a vastidão territorial do país e as diversas nuances culturais, bem como as desigualdades intrínsecas à população brasileira.

No contexto dessa uniformização, submete-se à avaliação tanto estudantes de instituições educacionais centrais, com infraestruturas físicas, tecnológicas e humanas privilegiadas, cujos alunos desfrutam de condições socioeconômicas favoráveis, quanto escolas periféricas desprovidas de adequadas estruturas físicas, humanas e tecnológicas, cujos estudantes enfrentam desafios socioeconômicos significativos.

Essas avaliações, em sua concepção inicial, almejam avaliar a educação por meio de processos diagnósticos, proporcionando análise abrangente do panorama do processo ensino-aprendizagem. Contudo, conforme observado por Fonseca (2020), a lacuna substancial entre as formulações, a implementação efetiva e a materialização nas políticas educacionais contribuem para que essas avaliações assumam caráter predominantemente mensuratório, classificatório e de ranqueamento.

O ENEM, concebido com a finalidade de fornecer avaliação abrangente do aprendizado dos concluintes do ensino médio, visando proporcionar parâmetro para autoavaliação e estabelecer referência nacional para os egressos dessa etapa educacional (Brasil, 1998), tem evoluído ao longo do tempo. Contemporaneamente, observa-se sua consolidação como um exame de seleção, contribuindo para a ampliação das desigualdades de acesso ao ensino superior.

Sudbrack e Cocco (2014) argumentam que ao avaliar de forma uniforme indivíduos com diferentes níveis de preparo educacional, contraria-se o princípio da equidade. Essa abordagem contribui para a ascensão social de estudantes de instituições privadas em detrimento da classe trabalhadora, muitas vezes proveniente de escolas públicas, enfrentando as particularidades desses sistemas e a necessidade de conciliar trabalho e estudo.

No contexto específico do ENADE, é possível constatar que o referido exame se revela insuficiente para aferir a qualidade da educação superior. Essa insuficiência se fundamenta, primariamente, na compreensão de que a qualidade da educação não se restringe unicamente ao processo avaliativo.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), em estudo encomendado pelo INEP, destaca a capacidade de avaliação e regulação do SINAES e, por extensão, do ENADE. Entretanto, o relatório aponta aspectos contraditórios relacionados à amplitude do conteúdo das provas, aos critérios de pontuação e à participação dos estudantes.

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMS, 2018) também questiona a capacidade do ENADE em avaliar a qualidade da educação, salientando alta ênfase nos indicadores, representados pelas notas obtidas por estudantes que nem sempre possuem pleno comprometimento com o exame. Além disso, destaca-se o expressivo percentual de abstenção, atingindo até 15% dos estudantes. Bertolin e Marcon (2015) destacam teoricamente a importância da avaliação nos processos formativos, sublinhando abordagem que considera elementos socioeconômicos e culturais, denominados como "background".

Em consideração final destaca-se a presença de fatores determinantes no desempenho dos estudantes que transcendem os métodos avaliativos convencionais. Embora a avaliação da aprendizagem seja reconhecida como componente crucial para avaliar a qualidade da educação, os achados ressaltam urgência de reavaliar o formato das avaliações externas de larga escala implementadas no contexto educacional brasileiro. Essa percepção sublinha a importância de adotar abordagens mais amplas e contextualmente sensíveis, visando capturar de maneira mais efetiva a complexidade e diversidade dos fatores que influenciam o desempenho dos estudantes.

Referencias

ABMS Relatório da OCDE Reprova Exame Brasileiro que Avalia Ensino Superior. (2018). Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3154#:~:text=Apesar%20de%20o%20exame%20ser,parte%20das%20quest%C3%B5es%20em%20branco>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BERTOLIN, J. C. G.; MARCON, T.. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 20, n. 1, p. 105–122, mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/LrGpqyyhTVmnw4Vds75bYTN/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL, **Portaria Ministerial nº 438**, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Diário Oficial da União, Brasília: Ministério da Educação (MEC), 1998a.

DOURADO, L.F. ; OLIVEIRA, J. F. Estado, políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, L.F., CATANI, A. M. (org.). Universidade pública: política e identidade institucional. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: UFG, 1999.

FONSECA, Maria. Aparecida. Rodrigues da. **Qualidade da educação superior e a distância no Brasil**: entre o revelado e o velado. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cmIP3> . Acesso em 28 dez. 2022.

OCDE: 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/rethinking-quality-assurance-for-higher-education-in-brazil-9789264309050-en.htm>.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. CAD. CEDES. Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 216-226, agosto de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200005&lng=en&nrm=iso/. Acesso em: 10 fev. 2024.

SUDBRACK, E. M.; COCCO, E. M. Avaliação em larga escala no Brasil: potencial indutor de qualidade?. **Roteiro. UNOESC**, Joaçaba , v. 39, n. 02, p. 347-369, dez. 2014 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592014000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2024.